

Jacareí/SP

SÍTIO ARQUEOLÓGICO RIO COMPRIDO I E SEU CONTEXTO NO VALE DO PARAÍBA

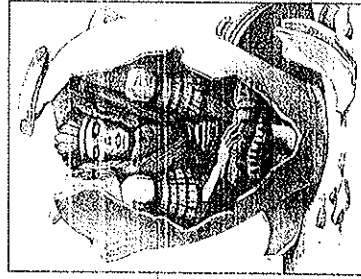


Plácido Cali

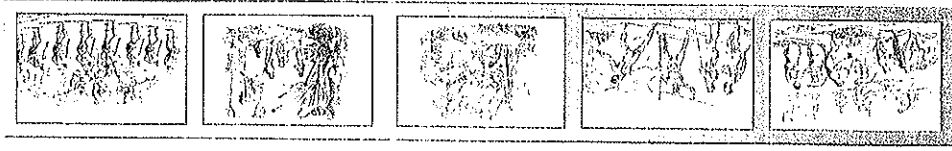


Jacarei/SP

SÍTIO ARQUEOLÓGICO RIO COMPRIDO I E SEU CONTEXTO NO VALE DO PARAÍBA



Plácido Cali



Índice

Apresentação	05
Introdução	07
Parte I	
O povoamento indígena no Vale do Paraíba	
Capítulo 1	
O indígena no Vale do Paraíba	11
Capítulo 2	
Pesquisas arqueológicas no Vale do Paraíba	17
Parte II	
O sítio arqueológico Rio Comprido I	
Capítulo 3	
Caracterização ambiental da área	21
Capítulo 4	
O levantamento arqueológico do sítio Rio Comprido I	23
Capítulo 5	
O material arqueológico coletado	29
Capítulo 6	
O sítio Rio Comprido no contexto regional	33
Parte III	
Políticas municipais de gestão do patrimônio arqueológico	
Capítulo 7	
Considerações sobre a necessidade de estudos em áreas de interesse arqueológico	35
Considerações Finais	39
Bibliografia	43

Copyright © Cali, Plácido
Jacarei, 1999

Sítio Arqueológico Rio Comprido I
e seu contexto no Vale do Paraíba

Plácido Cali - Arqueólogo
Av. Dr. Nelson D'Ávila, 1.100 - Bloco 01 - Apt. 13
CEP: 12.245-031 - São José dos Campos - SP
Fone: (012) 972-7420

*Proibida reprodução parcial ou total, sem prévia consulta,
todos os direitos reservados ao autor.*

Índices para catálogo sistemático:

1. Jacarei: Arqueologia: Patrimônio Cultural: Preservação:
Impacto Ambiental

Capa:
Plácido Cali

Foto Central - Capa:
Indio do Tribo dos Coroados, dentro de uma urna funerária.
Desenho de Jean Baptiste Debret durante percurso realizado
em terras paulistas entre 1827 e 1829.

Designer Gráfico:
Spiral Comunicação
(012) 321-8764

Impressão:



Rua Bahia, 68 - Vila São Pedro - São José dos Campos - SP
Telefax: (012) 322-7158

Apresentação

A notícia da descoberta de cerâmica indígena na área do loteamento Mirante do Vale e a possível presença, no local, de um sítio arqueológico causou nos surpresa e, de início, preocupação. Com o projeto aprovado em todas as instâncias e em processo de implantação, era necessário o levantamento completo da área e o salvamento do material arqueológico, o que significava mais tempo e dinheiro.

Após contatos e orientação dos órgãos federal e municipal competentes, Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Cultural de Jacarehy “José Maria do Abreu”, respectivamente, contratamos arqueólogos para elaboração e execução do projeto. O acompanhamento da pesquisa e o contato profícuo com a equipe de arqueólogos, logo minimizaram nossos temores com respeito aos custos e ao cumprimento do cronograma estabelecidos. Nosso interesse pelo tema e envolvimento com a pesquisa deram-nos a certeza da importância desse tipo de trabalho para a preservação do patrimônio arqueológico local e de nossa história.

A empresa Mirante do Vale Empreendimentos Imobiliários e Construções Ltda., buscando a qualidade de vida em seus empreendimentos, e atenta aos impactos ambientais, sociais e culturais nas regiões onde atua, abraçou a causa da preservação do patrimônio arqueológico. Em nosso próximo loteamento no município, mais uma vez será realizado o levantamento arqueológico da área, fato que se repetirá nos demais empreendimentos.

A Mirante do Vale, através desse livro, presta contas à comunidade desse compromisso, não apenas divulgando o trabalho realizado, mas apresentando os municípios da região com uma obra contendo informações inéditas sobre o tema e instigando os agentes do Poder Público a repensar a preservação do patrimônio cultural local. Esperamos que essa política arqueológica seja disseminada e adotada pelo Poder Executivo de outros municípios do Vale do Paraíba.

Alexandre Tallavasso Vassovínio

Diretor da Mirante do Vale Empreendimentos Imobiliários e Construções Ltda.

Introdução

A arqueologia tem sido associada no Brasil, pelas pessoas em geral, às pesquisas realizadas no Egito, Grécia, Roma ou, mais próximo, na América Central e dos Andes. Embora ainda hoje a prática da arqueologia no Brasil cause surpresa para alguns, as primeiras pesquisas remontam a 1834, quando o botânico dinamarquês Peter Wilhen Lund pesquisou por dez anos as grutas de Lagoa Santa, Minas Gerais, descobrindo a existência do homem num passado remoto e contemporâneo a uma megafauna¹ há muito extinta.

A criação dos primeiros museus no país tiveram papel significativo no desenvolvimento da arqueologia brasileira. O primeiro deles foi o Museu Nacional (1818), no Rio de Janeiro, resultado do interesse de D. Pedro II pela antropologia. Depois o Museu Paraense (1871), organizado por Emílio Goeldi, e o Museu Paulista (1895), criação republicana.

Até o início da década de 60, as pesquisas privilegiaram os sambaquis² meridionais e as culturas do baixo Amazonas (Marajó). Alguns estudos de Lagoa Santa também foram retomados, principalmente por europeus. Entre 1965 e 1971 foi executado o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), desenvolvido com a colaboração da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan)³ e do Smithsonian Institution, dos Estados Unidos. Buscou-se com esse programa, um diagnóstico e um quadro das culturas ditas "pré-históricas" do Brasil, através de prospecções arqueológicas⁴.

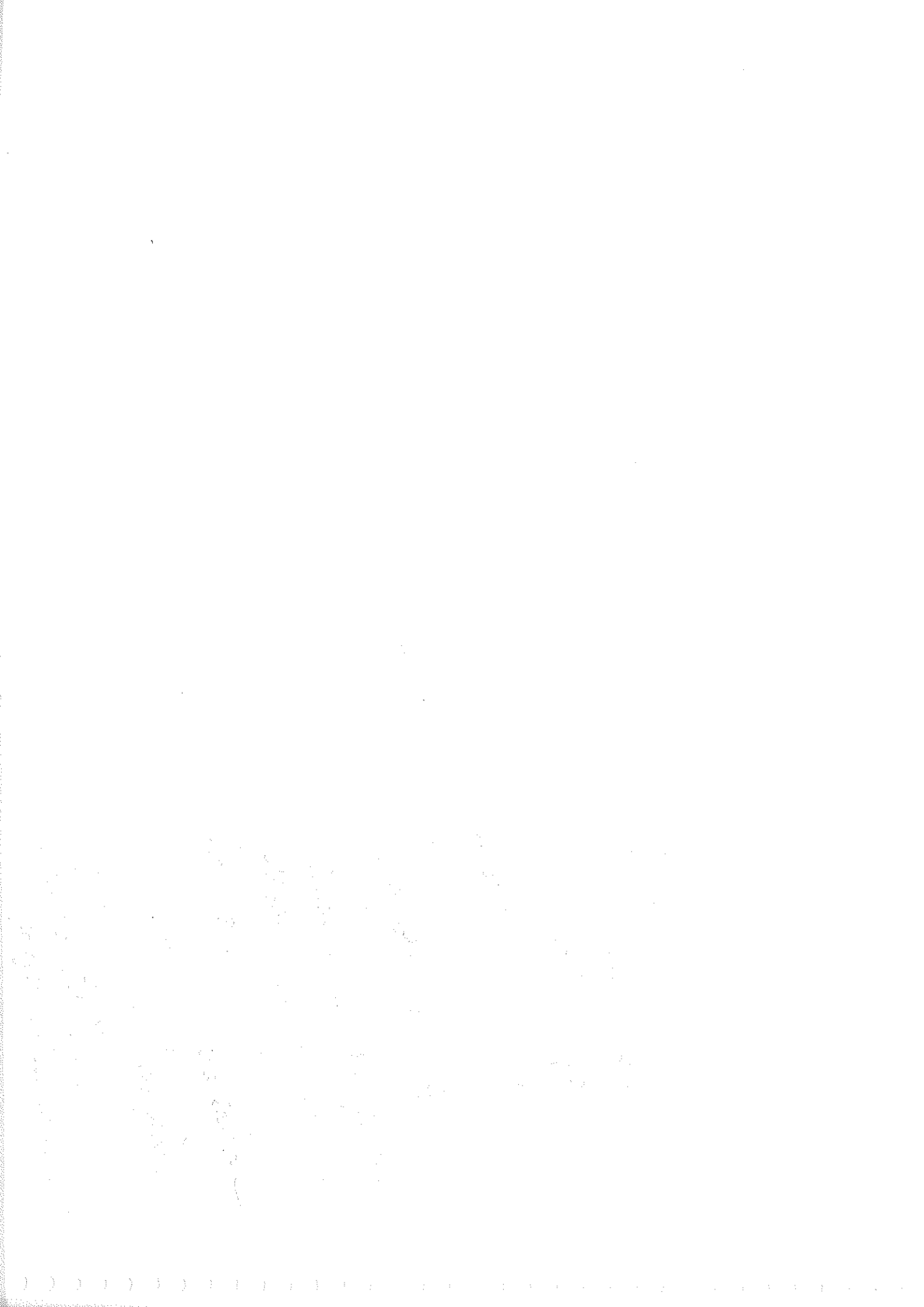
No estado de São Paulo, com a criação do Instituto de Pré-História na Universidade de São Paulo, em fins de 1959, e a sua fusão com o Museu de Arqueologia e Etnologia em 1989, vários projetos foram desenvolvidos. Inicialmente, sob influência dos princípios disseminados pelo Pronapa, as pesquisas foram mais aprofundadas utilizando-se metodologia da escola

¹ **Megafauna:** fauna composta por animais que já se extinguíram. No Brasil, tivemos, como exemplo, elefantes, cavalos, preguiças e tatus gigantes, que eram caçados pelos homens da pré-história.

² **Sambaquis:** montes formados principalmente por conchas, moluscos e ossos, resultado de sucessivas ocupações de grupos caçadores e coletores nômades que ocuparam o litoral, entre o Espírito Santo e o Rio Grande do Sul, a cerca de seis mil anos.

³ Atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

⁴ **Prospecção arqueológica:** termo utilizado em arqueologia para designar todos os trabalhos de levantamento do território estudado e as intervenções no solo, através de trincheiras, sondagens, etc.



francesa, trazida por arqueólogos brasileiros que lá trabalharam, principalmente por Luciana Pallestrini⁵. Essa arqueóloga adaptou o método de superfícies amplas⁶ de André Leroi-Gourhan⁷ aos sítios brasileiros.

Há algumas décadas as propostas, teorias e métodos têm se diversificado. Em São Paulo, projetos arqueológicos já abrangeram quase todas as regiões do estado, delimitando o processo de ocupação, desde seus primeiros habitantes até o contato com os europeus.

A partir da década de 80, os municípios vêm desempenhando um papel relevante quanto à proteção dos sítios arqueológicos, com a criação de órgãos de Patrimônio Histórico e museus municipais e, em alguns casos, com a realização de convênios entre a administração municipal e universidades.

Um exemplo recente é a atuação do município de Jacareí. Esta cidade, assim como muitas outras ao longo da Rodovia Presidente Dutra, vem sofrendo mudanças urbanas aceleradas, sendo construída sobre si mesma a cada dia. Esse processo de transformação fez com que o patrimônio arqueológico fosse constantemente destruído por construções dos setores secundário e terciário. Para garantir o salvamento do patrimônio arqueológico local, a Prefeitura Municipal de Jacareí, por intermédio da Fundação Cultural de Jacareí "José Maria do Abreu", está realizando a identificação das áreas de interesse arqueológico do município. Tais áreas são indicadas a partir de informações ambientais e geográficas, análise estereoscópica, vestígios materiais visíveis, documentação textual e iconográfica e até mesmo informações orais.

A política pública de gestão do patrimônio arqueológico do município ampara-se na Lei Federal n° 3924, de 26 de julho de 1961, em seu parágrafo único, que determina:

"a propriedade da superfície regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nelas incorporadas na forma do art. 152 da mesma Constituição".⁸

⁵ PALLESTRINI, Luciana. Interpretação de estruturas arqueológicas em sítios do Estado de São Paulo. *Série arqueologia*. São Paulo: Fundo de Pesquisas do Museu Paulista, n° 01, 1975.

⁶ **Método de Superfícies Amplas**: em síntese consiste numa abordagem do sítio arqueológico, dentro de uma visão tridimensional, na qual todo o sítio é escavado no sentido horizontal e vertical.

⁷ LEROI-GOURHAN, André. *Fouilles de Pincevent*. La section 36. *Gallia Préhistoire*. Paris: CNRS, 1972. VII. Supplément.

⁸ Atual artigo 168 da Constituição Federal de 1988.

Procurar Código

Assim, no artigo 3°, proíbe-se:

"em todo território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas (...) antes de serem devidamente pesquisadas (...)".

Qualquer destruição de tais bens será considerada crime contra a União, conforme o art. 5°.

Desse modo, toda empresa, construtora, imobiliária e pessoa física com terrenos ou loteamentos em áreas já reconhecidas como de interesse arqueológico pelo Poder Público Municipal, deve estar ciente das leis acima e das demais que dispõem sobre o patrimônio arqueológico da União, assim como dos decretos-lei, das portarias do Iphan⁹ e do Código Penal Brasileiro¹⁰.

O loteamento Mirante do Vale, em Jacareí, estava sendo implantado no início de 1998, junto à Estrada do Rio Comprido. Localizado num platô fluvial próximo ao rio Comprido, constatou-se que se encontrava em uma área de interesse arqueológico do município, devido às características geográficas favoráveis ao assentamento indígena. A hipótese foi logo confirmada quando o arqueólogo Wagner Gomes Bernal, da Fundação Cultural de Jacareí, encontrou três fragmentos de cerâmica indígena no terreno.

Assim surgiu este trabalho, o segundo resultado direto da política implantada no município de Jacareí. O projeto *Levantamento arqueológico em área de implantação de empreendimento imobiliário: loteamento Mirante do Vale - Jacareí/SP*, foi executado no período de 01 de abril a 08 de maio de 1998, sob nossa coordenação, contando com a participação da pesquisadora Claudia Moreira Queiroz. O projeto teve o apoio do Núcleo de Arqueologia da Universidade Brás Cubas (Naubc), por intermédio da arqueóloga Margarida D. Andreatta. Aprovado pelo Iphan, através da Portaria n° 06 do Ministério da Cultura, publicada em Diário Oficial da União em 20 de março de 1998, foi promovido pela empresa Tallavassos Construtora e Comércio Ltda., empreiteira das obras do loteamento naquela ocasião.

Esta publicação visou, primeiramente, atender ao item 6° do artigo 5° da

⁹ Decreto Lei n° 25, de 30 de novembro de 1937; Decreto Lei n° 4146, de 04 de março de 1942 e Decreto Lei n° 95733, de 12 de fevereiro de 1988. Portaria n° 07, de 01 de dezembro de 1988.

¹⁰ **Código Penal Brasileiro**, Título II (Dos crimes contra o patrimônio), Capítulo IV (Do dano), em especial os artigos 165 e 166.

Portaria nº 07/88, que determina a divulgação das informações científicas da pesquisa. Procurou, também, traçar um quadro do povoamento indígena na região, apresentar uma síntese das pesquisas arqueológicas realizadas no Vale do Paraíba e apontar sítios ainda sem estudos. Informações essas que reputamos da maior importância, sendo desconhecidas do público em geral, e pela primeira vez reunidas numa publicação.

A empresa Mirante do Vale Empreendimentos Imobiliários e Construções Ltda., tendo assumido o loteamento, além de cumprir com as determinações legais, divulgando as informações científicas básicas da pesquisa, está fornecendo à comunidade regional, estudantes, professores e demais interessados, uma referência, ainda que modesta, para estudos sobre os antigos habitantes da região e caminhos para a preservação do patrimônio arqueológico no âmbito municipal.

Parque
Arqueológico

Parte I

O Povoamento Indígena no Vale do Paraíba

Capítulo 1

O indígena no Vale do Paraíba

Falar sobre as culturas indígenas que habitaram o Vale do Paraíba é uma tarefa difícil. Primeiramente, os trabalhos arqueológicos desenvolvidos na região constituíram-se em coletas de material encontrado em obras, sendo os de cunho científico recentes, de 1998. Em segundo lugar, viajantes e cronistas registravam, algumas vezes, a denominação dos grupos indígenas de maneira equivocada.

A maior parte dos grupos indígenas que ocuparam o Vale do Paraíba pertenciam às famílias linguísticas *tupi-guarani* e *puri*. Há referências, também, a outros grupos cuja família linguística não foi determinada com exatidão.

Paulo Pereira dos Reis (1979), baseado em relatos de viajantes e fontes textuais primárias, descreveu a presença de diversos grupos indígenas na região, comprovando a diversidade cultural e o grande potencial que o local oferece para estudos arqueológicos. A região pode ter abrigado, também, grupos pré-coloniais de caçadores e coletores nômades, os quais não temos referências textuais.

Os indígenas que ocuparam o Vale do Paraíba:

MARAMOMIS (ou Guaramomis)¹¹: foram descritos por Pedro Rodrigues em 1599 (REIS, 1979: 33) e vivem "em uma serra que está sobre o Rio de Janeiro e São Vicente" e que, segundo Capistrano de Abreu, teriam alcançado o Vale do Paraíba. Após os portugueses expulsarem os franceses do Rio de Janeiro, os Tamoios, sem seus aliados franceses, dirigiram-se à região do Vale do Paraíba, dizimando muitos Maramomis e fazendo-os fugir para a costa. De acordo com Fernão Guerreiro (1930), muitos índios

¹¹ Segundo Teodoro Sampaio (1928). Miramomi, vem de *myra-nomi*: "gente miúda ou pequena estatura".

Maramomis foram convertidos pelos padres, ajudando-os nas igrejas e trabalhando nas fazendas.

TERMINÓS: eram do tronco linguístico Tupi e habitavam o litoral do Espírito Santo, a margem esquerda do baixo Paraíba do Sul e proximidades da Baía de Guanabara. Os terminós foram praticamente desintegrados da região do Paraíba do Sul pela expedição de Martim de Sá, que aprisionou cerca de mil índios e matou aproximadamente mil e seiscentos (REIS, 1979: 39).

TUPINIQUINS: segundo Antonio Knivet (1878: 244), que os denominava *Tupinaques*, habitaram uma região próxima ao alto curso do Paraíba do Sul.

GUARULHOS: Aires Cabral¹² afirmou que a Freguesia de Santo Antônio, entre a vila de São Salvador e a foz do Muriaé, foi fundada "para habitação (...) de Guarulhos que (...) desapareceram com o tempo".



Figura 01: o desenho mostra as diversas fases de preparação do *cauim*¹³ pelas mulheres tupinambás.¹⁴

¹² CASAL, Manuel Aires do. *Corografia Brasileira ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1976, pp 206-207

¹³ Cauim: bebida que os índios preparavam com mandioca ou milho fermentados, ou com frutas, como o caju.

¹⁴ DENIS, Ferdinand. *Brasil*. São Paulo: Edusp, 1960, p. 33.

GUAIANÁS: esses índios, perdendo suas terras para os portugueses de São Paulo de Piratininga, estabeleceram-se às margens do rio Paraíba, onde surgiria depois a Vila de Taubaté.

TAMOIOS: fugidos da costa após a expulsão de seus aliados franceses do Rio de Janeiro, refugiaram-se nas proximidades das nascentes do Paraíba.

TUPINAMBÁS: Reis (1979: 55) admite ter sido possível índios tupinambás, expulsos do litoral carioca por Martim de Sá, em 1568, juntamente com os franceses e tamoiros, terem se refugiado nas nascentes do Paraíba, provavelmente junto à margem esquerda do rio Jaguari.

GOITACÁS: para Reis (1979: 18), são os Weittakas descritos por Hans Staden¹⁵ que teriam ocupado a região do baixo Paraíba do Sul. Também foram citados por Jean de Léry¹⁶ como Uetacas, por Knivet (1878: 248 e 250) como Waitacasses e, em 1537, por Gabriel Soares de Souza (1971: 94 e 95).

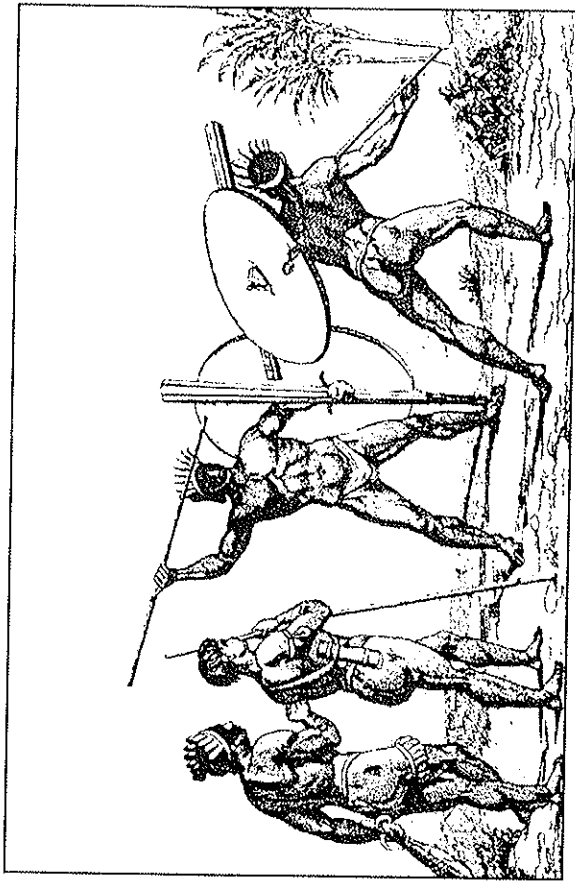


Figura 02: "combate de puris".¹⁷

¹⁵ STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil*. Salvador: Progresso Editora, 1955.

¹⁶ LÉRY, Jean de. *História de uma Viagem feita à Terra do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1926.

¹⁷ DENIS, Ferdinand. *Brasil*. São Paulo: Edusp, 1980, p. 396.

PURIS: em 1594, Martim de Sá mandou Knivet comprar índios Puris, que estavam em paz com os portugueses. Carregados de mercadorias para o escambo, Knivet e seus companheiros partiram de Angra dos Reis, atravessaram o rio Paraíba, rio Turvo e seguiram pela margem direita do rio Preto por "cem milhas" até encontrar a aldeia dos Puris, conseguindo setenta escravos que, depois, foram entregues a Martim de Sá. Em 14 de outubro de 1597, uma expedição chefiada por Martim de Sá saiu do Rio de Janeiro para agir contra os Tamoios do Vale do Paraíba. Tal expedição, ao longo de seu percurso, foi incorporando indígenas de várias aldeias. Segundo Teodoro Sampaio, após atravessarem o rio Paraíba, seguiram para Jambeiro e atravessaram parte da Serra de Itapeva, até atingirem o rio Paraíba. Nas margens deste rio encontraram cerca de cem índios Puris, em um ponto que corresponderia ao atual município de São José dos Campos (SAMPAIO, 1915: 393). Há também informações de Puris em Taubaté, que teriam sido expulsos por Jacques Felix, em Guaratinguetá, Lorena e região fluminense (REIS, 1979: 95 a 101).

Ao contrário da maioria dos grupos indígenas da época, os puris, devido à sua grande mobilidade e ausência da prática agrícola, faziam pequenas cabanas, colocando folhas de palmeiras sobre uma estrutura simples de madeira, na qual armavam suas redes.



Figura 03: índios puris sob seu abrigo em fevereiro de 1876 (GANDAVO: 1980: 117).

Já as aldeias indígenas dos horticultores, a exemplo da descrição de Pero de Magalhães Gandavo (1980: 52),

"póde haver em cada huma sete, oito casas, as quaes são compridas feitas à maneira de cordoárias; e cada huma dellas está cheia de gente duma parte e doutra, e cada hum por si tem sua estancia e sua rede armada em que dorme, e assi estão todos juntos huns dos outros por ordem, e pelo meio da casa fica hum caminho aberto pera se servirem."

Florestan Fernandes (1949: 35), utilizando quatro fontes distintas¹⁸, concluiu que as cabanas ou malocas duravam, em média, de três a quatro anos, e que a mudança da aldeia para outro local correspondia ao tempo de duração das malocas. Comprovou isso, recorrendo a informações de diversos viajantes e cronistas, obtendo como resultado o período de três a cinco anos para o caso dos Tupinambás. Devemos acrescentar ao fator de durabilidade das cabanas para a mudança da aldeia, o esgotamento dos recursos naturais (esgotamento da terra, diminuição da caça, frutos, etc.). A escolha do local para a formação da aldeia seguia um padrão, buscando-se pontos mais elevados, próximos a fontes d'água, farta caça, pesca e vegetais para a coleta, entre outros fatores. Gabriel Soares de Souza (1971: 303) descreveu que os indígenas buscavam:

"sempre um sitio alto e desafobado dos ventos, para que lhe lave as casas, e que tenha água muito perto, e que a terra tenha disposição para de redor da aldeia fazerem suas roças e granjeiras (...)".

Estes fatores podem ser notados no padrão de assentamento de alguns sítios arqueológicos do município de Jacareí. Tanto o sítio Rio Comprido I, quanto o Santa Marina e os demais já identificados, localizam-se em platôs fluviais, não por acaso delimitados como áreas de interesse arqueológico pelo Poder Público Municipal.

¹⁸ Fernão Cardim; Frei Vicente de Salvador; Gabriel Soares de Souza e Luiz da Grã.

Capítulo 2

Pesquisas arqueológicas no Vale do Paraíba

O Vale do Paraíba oferece um grande potencial para estudos arqueológicos, pois abrigou assentamentos de diversos grupos indígenas desde a pré-história até a formação dos primeiros núcleos e vilas com a chegada dos portugueses. Contudo, a região ainda não obteve atenção necessária dos arqueólogos, permanecendo uma das poucas áreas do estado de São Paulo sem um amplo projeto arqueológico.

No município de Aparecida, a primeira urna funerária foi encontrada em 1908, no pátio da Estação da Estrada de Ferro Central do Brasil - EFCB. Em 1928, outra urna funerária contendo ossos humanos foi encontrada no terreno de uma casa na Ladeira Monte Carmelo, nº 165. Com o crescimento da cidade, várias obras revelaram vestígios arqueológicos. Em 1935, cerca de quarenta peças de cerâmica foram encontradas no Largo da Feira. Em 1952, no terreno do grupo escolar "Chagas Pereira", foram coletadas algumas vasilhas com desenho geométrico em fundo branco. No mesmo ano, um trator destruiu várias peças cerâmicas na abertura da rua João Andrade Costa; e no ano seguinte uma igarçaba com tampa foi encontrada na abertura de uma vala para o muro do Convento das Carmelitas. Em 1966, durante a construção da Estação Rodoviária, vários artefatos indígenas foram destruídos. No trabalho de dragagem do rio Paraíba, junto com a areia vieram fragmentos de cerâmica decorada, e no Porto de Itaguassu foi encontrado um cachimbo, cujas partes laterais apresentam figuras humanas em relevo. Ainda em 1966, um machado de pedra e alguns cachimbos de barro foram achados no quintal de uma casa na rua João Alves. Em 1971, mais objetos encontrados na Av. Colombano Teixeira e, finalmente, em 1979, operários que trabalhavam na rede de esgoto quebraram uma igarçaba.

Em julho de 1957, a pesquisadora Herta Loëll-Scheuer pesquisou quatro pontos de Aparecida e escreveu um relatório, ainda inédito, denominado *Quatro campos escavados em diversos lugares, em julho de 1957 na cidade de Aparecida do Norte, Estado de São Paulo, Brasil*.

Uma parte desse material encontrado em Aparecida foi coletada por Conceição Borges Ribeiro Camargo, que publicou alguns trabalhos sobre o resgate desses objetos, e se encontra no Museu da Basilica Nacional de

Handwritten notes in pencil, including the word "Aparecida" and several lines of illegible text.

Nossa Senhora Aparecida. Outra parcela menor do acervo, encontra-se na Universidade de Taubaté – Unitaú.

Em junho de 1936, Ruy W. Tibiriça esteve no município de São José dos Campos e encontrou cerâmica indígena em um ponto da margem direita do rio Paraíba. Coletou algumas peças e conseguiu outras com amigos e interessados. Em outro local, que se denominava Chácara da Boa Vista, encontrou duas pontas de flecha confeccionadas em sílex.

Em 1946, o Barão Otorino de Fiori de Cropani e o Dr. João Amoroso Netto integraram uma comissão constituída pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos para estudar a história da cidade. A comissão realizou o primeiro levantamento arqueológico do município, identificando seis sítios arqueológicos. Coletaram alguns artefatos, tais como, cerâmica indígena, machados e pontas de flecha de pedra. Os locais são os seguintes enumerados abaixo:

1. *Fazenda Serimbura*: a fazenda se localizava próxima ao Ribeirão Vidoca. Segundo as descrições do Barão de Fiore, foi achada uma urna funerária na estrada que contornava um edifício de pasteurização de leite;
 2. *Bairro de Tatetuba*: foi encontrada uma urna funerária no Quilômetro 121 da estrada Presidente Dutra (sentido São Paulo - Rio de Janeiro);
 3. *Bairro do Cajuru*: na estrada do Cajuru, num barranco, encontraram-se alguns fragmentos de cerâmica indígena. O local preciso da estrada não foi determinado;
 4. *Bairro da Pernambuco*: foi achada uma urna funerária com ossos, no lugar denominado Santa Cruz da Panela;
 5. *Bairro Jardim*: foram encontrados vinte e oito líticos nas proximidades da Fazenda Ricardo, num pequeno vale, junto a uma lagoa formada pelas águas do rio Comprido;
 6. *Lagoa do rio Comprido*: num vale próximo a já mencionada lagoa do rio Comprido, no lugar conhecido como "Morro das Índias", encontrou-se uma estrutura de terra em forma retangular, atingindo até 0,80 metro de altura, cuja função é desconhecida.
- Além dessas informações, levantadas em 1936 e 1946, há notícias de achados arqueológicos nos bairros de Torrão de Ouro, Bairroinho, Vista Verde e nos Distritos de Eugênio de Mello e São Francisco Xavier. No Jardim Três Josés e no Bosque dos Eucaliptos, foi possível resgatar urnas funerárias, que atualmente estão guardadas no Museu Municipal de São José dos Campos.

No Jardim Três Josés (sítio Iracema) foram encontrados, em maio de 1988, material cerâmico e ósseo, uma urna funerária corrugada, uma vasilha em forma de meia calota pintada, fragmentos de vasilha com decoração corrugada e fragmentos de ossos humanos, coletados do interior da urna funerária. Na ocasião, foi instaurada uma comissão municipal para estudar o caso, contando com a participação de arqueólogos do antigo IPH (Instituto de Pré-História) da Universidade de São Paulo.

No Bosque dos Eucaliptos, em 1991, foram encontrados, há sessenta centímetros de profundidade, uma urna funerária corrugada, uma tjeia, utilizada como tampa, com engobo branco e fragmentos de ossos humanos. O Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, criado em 1993, executou e orientou trabalhos de *arqueologia de restauração* até dezembro de 1996, em alguns edifícios históricos, tais como: Capela São Miguel (1994); Câmara Municipal (1994); Igreja Nossa Senhora Aparecida (1995) e Biblioteca Pública "Cassiano Ricardo" - Antigo Teatro São José (1996).

No caso da Biblioteca Pública, além dos trabalhos de identificação das características originais do edifício, foi realizado o salvamento de material arqueológico do século XIX, proveniente de habitações daquela época, anteriores à construção do antigo Teatro (1910). O material é composto por utensílios de mesa (louças) e restos alimentares, como ossos de animais; produtos de higiene, como perfumes e medicamentos; um cachimbo de cerâmica; uma pedreira de sílex (utilizada para dar faísca em armas de fogo) e ferraduras. As peças foram encontradas em áreas correspondentes aos quintais das casas, pois até 1870 não havia serviço de limpeza pública. A maior parte das peças encontradas é originária da Inglaterra, que produzia em larga escala uma faiança fina a preços mais acessíveis. Destacam-se também, a faiança *Maastricht* de fabricação holandesa; garrafas de grés de Amsterdã, garrafas de vidro de Portugal, Inglaterra e Itália; porcelana francesa *Limoges*; e uma grande quantidade de cerâmica neobrasileira de produção local.

Todo o material arqueológico coletado durante os trabalhos realizados entre os anos de 1994 e 1996 está sob a guarda do Museu Municipal de São José dos Campos, conforme convênio estabelecido entre este órgão e o Iphan¹⁹.

¹⁹ Convênio estabelecido entre o Iphan - 9ª Coordenadoria Regional/SP e o Museu Municipal de São José dos Campos, subordinado à Fundação Cultural Cassiano Ricardo, em 23 de março de 1996.

Em 1994, por ocasião da abertura da Rodovia Carvalho Pinto, vários sítios arqueológicos foram encontrados pela arqueóloga Solange B. Caldarelli, nos municípios de Jacareí, Taubaté, e, principalmente, Caçapava. Uma grande quantidade de material arqueológico foi coletada, entre urnas funerárias, pontas de flecha, machados de pedra e material histórico, como: moedas antigas, cachimbos, cerâmica neobrasileira e faiança.

Artefatos arqueológicos também foram encontrados nos municípios de Paraíbauna, Taubaté (bairro Sete Voltas) e Natividade da Serra.

Entre janeiro e junho de 1991, foram realizadas escavações arqueológicas de salvamento no sítio Santa Marina, localizado no município de Jacareí, a cerca de quatro quilômetros e meio de distância a leste do centro comercial. Os trabalhos foram interrompidos e o sítio abandonado. O sítio ficou esquecido, sendo a área liberada alguns anos depois. Recentemente a Prefeitura Municipal de Jacareí e o Iphan embargaram as obras, obrigando a empresa responsável pelo loteamento a reiniciar as escavações arqueológicas.

O salvamento desse sítio foi realizado pelos arqueólogos Paulo Zannetini e Erika Marion Robrahn Gonzales, em 1998.

Sítio Arqueológico Rio Comprido I

Parte II

O Sítio Arqueológico Rio Comprido I

Capítulo 3

Caracterização ambiental da área

O loteamento Mirante do Vale, localizado à Estrada Municipal do Rio Comprido, nº 5001, possui um relevo ondulado, com um platô na área central. Nota-se a presença de três nascentes e cursos d'água em parte de sua periferia, sendo que, em pelo menos um ponto, o barro parece ser adequado à produção de cerâmica. Existe ainda um local com grande concentração de seixos, matérias primas para a produção de instrumentos líticos.

Segundo o laudo técnico²⁰ sobre a cobertura vegetal do loteamento, elaborado pela *AGRA Consultores Associados S/C Ltda.*, a maior parte da área é coberta por vegetação rasteira, com predominância de algumas espécies invasoras, tais como grama batatais, capim rabo de burro, sapê, entre outras de menor incidência. Essas espécies também são características das áreas de entorno do loteamento, em que se nota o predomínio de pastagens sem manejo e algumas glebas com chácaras e sítios. Ressalta-se a existência de várias espécies arbustivas e arbóreas isoladas em meio à vegetação rasteira descrita.

O município de Jacareí localiza-se sobre uma importante feição geológica, denominada Bacia Sedimentar de Taubaté. Ela foi originada por reativações tectônicas de falhas, tendo o seu preenchimento iniciado no período terciário. A bacia é delimitada por falhas que colocaram blocos de Embasamento Pré-Cambriano em posições relativamente elevadas.

Os solos de alteração de rocha pré-cambrianos do Escudo Atlântico, por vezes chamados de Embasamento Cristalino, são geralmente siltes argilosos ou argilo-arenosos, originados pela alteração de rochas do tipo granito, gnaisse ou xisto, formando um perfil típico de degradação rocha → solo,

²⁰ Laudo Técnico assinado pelo Agrônomo Eugênio de Araujo Neto, datado de 17 de abril de 1997.

com maior teor de argila próximo à superfície e melhores características de suporte com o aumento da profundidade.

Na região são encontradas as seguintes formações geológicas: Rochas do Embasamento Cristalino²¹ e Sedimentos Terciários²². Já os sedimentos quaternários, são decorrentes de depósitos aluviais, cuja litologia é compreendida de areias e argilas, geralmente conglomerados na base. Na área onde está localizado o sítio arqueológico ocorrem os sedimentos Quaternários, Formação Caçapava, Formação Tremembé e, subjacente, as rochas do embasamento cristalino. A espessura sedimentar localmente está estimada em duzentos e vinte metros, e a parte inferior se apresenta com maior concentração de argila²³.

maior concentração de argila
embasamento cristalino
sedimentos terciários
quaternários
Formação Caçapava
Formação Tremembé
embasamento cristalino
maior concentração de argila

Capítulo 4

O levantamento arqueológico do sítio Rio Comprido I

O loteamento Mirante do Vale possui uma área de 827.695,24 m². Os trabalhos arqueológicos foram iniciados quando 75% das ruas já haviam sido abertas. Os 25% restantes estavam em uma área de acentuada declividade. A metodologia utilizada no levantamento arqueológico procurou não se limitar ao exame da superfície do terreno, mas também verificar o subsolo, já que os vestígios arqueológicos poderiam estar em diferentes níveis de profundidade. Dessa forma, a área foi investigada horizontal e verticalmente. Ou seja, horizontalmente porque, além do caminhamento por todo o terreno, abrimos faixas para a retirada da cobertura vegetal. As próprias ruas já abertas serviram de parâmetro para diagnosticar a camada superficial do terreno. Já o exame vertical, consistiu na realização de sondagens de 1 x 1 metro por quase todo o loteamento, tendo como eixo de orientação, um alinhamento magnético, de forma a cobrir igualmente toda a área.

O levantamento arqueológico teve, assim, os seguintes procedimentos:

1. caminhamento ao longo das ruas e faixas, visando observações de superfície, para verificar a ocorrência de vestígios arqueológicos aflorados por fatores naturais ou antrópicos, bem como mudanças na tonalidade da terra e outros indícios;
2. realização de sondagens de 1 x 1 metro em todo o loteamento, de três formas: uma sondagem a cada cinquenta metros, seguindo o eixo das ruas; nas áreas de suspeita de manchas de ocupação, uma sondagem a cada vinte metros; uma sondagem no centro de cada quadra de lotes;
3. abertura de faixas de três metros de largura na maioria das quadras de lotes, cujo comprimento variou com o tamanho do lote e a forma da faixa (paralela ou transversal);
4. retirada da cobertura vegetal nas áreas de suspeita de manchas de ocupação, detectadas por fotos aéreas;
5. planagem por topografia de todas as sondagens, material arqueológico encontrado e faixas abertas no loteamento;
6. coleta de todo o material arqueológico de superfície, sendo depositado na Fundação Cultural de Jacarehy "José Maria do Abreu";
7. observação e descrição de todas as sondagens realizadas;

²¹ As rochas do embasamento cristalino, não aflorantes na área, têm idade Pré-Cambriana e são representadas por gnaisses e migmatitos. As estruturas de falhas, xistosidade e gnaissificação têm orientação preferencialmente de direção Noroeste.

²² Os sedimentos estão subdivididos em duas formações geológicas a saber: as formações Caçapava e Tremembé.

²³ Conforme Laudo Técnico da empresa Água & Solo Consultoria em água subterrânea S/C Ltda., realizado em 1997.

Formação Caçapava
Formação Tremembé
embasamento cristalino
maior concentração de argila

8. documentação fotográfica e cartográfica de todo o trabalho realizado e dos artefatos encontrados.

No caso das faixas para a retirada da cobertura vegetal, foram abertas em maior número nas proximidades dos pontos nos quais foram encontrados material arqueológico. Por outro lado, menos faixas foram abertas nas quadras de lotes que estavam em áreas de acentuada declividade.

Na proposta inicial do projeto, prevíamos a abertura de uma sondagem a cada cinquenta metros na área plana do loteamento e uma sondagem a cada duzentos metros na área em declividade. Buscou-se dar um tratamento adequado às áreas favoráveis, sem deixar de considerar, por outro lado, que as áreas em declividade poderiam ter recebido material arqueológico no processo erosivo do terreno. Após a abertura das sondagens ao longo das ruas em todo o loteamento (oitenta e três sondagens), foi possível determinar que não havia em todo o subsolo qualquer indício de camada de ocupação humana preferita em profundidade. Comprovamos que se existisse um sítio arqueológico, haveria de estar numa camada quase superficial. Portanto, a retirada da cobertura vegetal e limpeza do terreno seria suficiente para identificar a sua presença.

Por precaução, também foram feitas doze sondagens nas quadras de lotes e mais cinquenta e três sondagens nas suspeitas de manchas de ocupação, obtendo o mesmo resultado, com uma amostragem significativa de todo o loteamento. Ainda assim, a média das sondagens atingiu a meta esperada, de uma sondagem a cada cinquenta metros nas áreas planas.

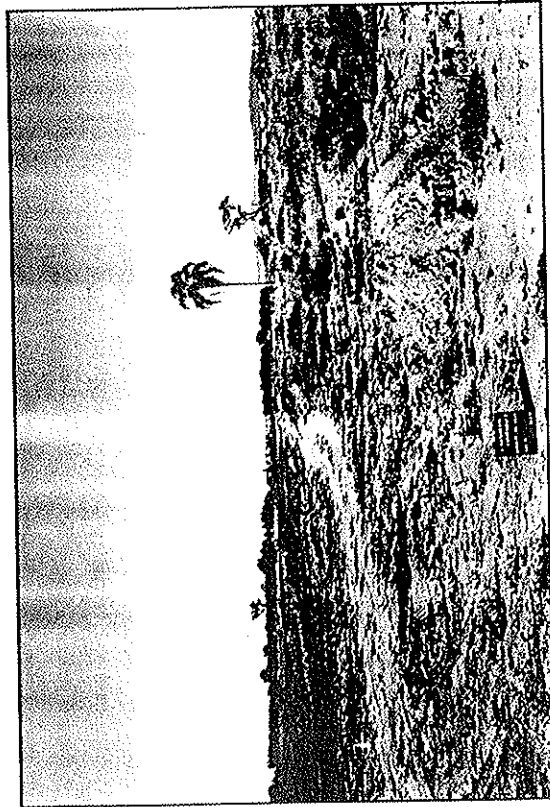


Figura nº 04: Aspecto da rua 13, no platô da área do loteamento Mirante do Vale.

REALIZAÇÃO E RESULTADOS DAS SONDAGENS

SONDAGENS NA ÁREA DOS LOTES				ÁREAS DE POSSÍVEIS EVIDÊNCIAS DE MANCHAS DE OCUPAÇÃO		MANCHA Nº DE SONDAGENS		TOTAL: 53	
ÁREA	SONDAGENS	ÁREA	SONDAGENS						
A	00	O	00			01			
B	00	P	00						
C	00	Q	00						
D	00	R	00						
E	00	S	00						
F	00	T	00						
G	01	U	01						
H	00	V	00						
I	01	W	01						
J	01	X	01						
K	00	Y	01						
L	01	L2	01						
M	00	L3	01						
N	00	L3	01						
TOTAL 12								TOTAL: 53	

SONDAGENS REALIZADAS NAS RUAS: LOTEAMENTO MIRANTE DO VALE				RUA Nº DE SONDAGENS		RUA Nº DE SONDAGENS		TOTAL: 83	
RUA	Nº DE SONDAGENS	RUA	Nº DE SONDAGENS						
01	03	13	10						
02	02	14	06						
03	02	15	04						
04	12	16	06						
05	03	17	03						
06	02	18	03						
07	01	19	01						
08	01	20	10						
09	01	21	01						
10	04	22	01						
12	07								
TOTAL: 83								TOTAL: 83	

As sondagens realizadas em quase todo o terreno demonstraram um perfil homogêneo caracterizado pelo solo argilo-arenoso. As áreas norte e leste do loteamento expõem um perfil de solo aluvial laterítico (latossolo), produto da decomposição da rocha matriz: uma pequena camada superficial de solo arenoso, uma camada de solo argiloso, passando a uma camada de rocha em decomposição, caracterizada por um solo de textura fina e menor permeabilidade de cor vermelho-roxosa. Uma camada aluvial de seixos pode ser observada em alguns pontos do terreno, no perfil do solo entre a primeira e segunda camada.

Nenhuma sondagem apontou indícios de material arqueológico de qualquer natureza. As cento e quarenta e oito sondagens não revelaram diferenças, tanto na coloração do solo, composição ou presença de qualquer tipo de artefato. Assim, foi possível concluir que se trata de um solo estéril, sem qualquer camada intacta, resultante da ocupação humana pretérita.

RETIRADA DA COBERTURA VEGETAL

Um dos problemas para a identificação de vestígios arqueológicos em superfície foi a pouca visibilidade do terreno. A vegetação do loteamento era espessa e não permitia uma avaliação satisfatória. Assim, realizamos a retirada da cobertura vegetal, através da abertura de faixas de três metros de diâmetro, cortando as quadras de um lado a outro.

FAIXA N°	ÁREA	FAIXA N°	ÁREA
01	C e F	16	P
02	H	17	O
03	K	18	N
04	K	19	J
05	L	20	M
06	L	21	M
07	Q	22	M
08	Q	23	M
09	Q	24	M
10	U e V	25	M
11	R	26	I
12	R	27	P
13	M	28	P
14	S	29	G
15	S		

Nas prospeções arqueológicas foram realizadas cento e quarenta e oito sondagens de 1 x 1 metro, e retirada a cobertura vegetal na área das oito evidências de manchas de ocupação e em vinte e nove faixas na área dos lotes. O material arqueológico de superfície foi coletado, totalizando cento e setenta e quatro fragmentos, quase a totalidade de cerâmica indígena.

Após toda a investigação do terreno do loteamento, pudemos constatar o seguinte:

1. o local era favorável ao assentamento indígena, pois existe na área fontes d'água, além da proximidade do rio Comprido. Também, há no terreno argila adequada para a confecção de cerâmica, bem como uma grande quantidade de seixos para a produção de artefatos líticos. Ressalta-se ainda a proximidade desse local com outros sítios arqueológicos já identificados, particularmente o sítio Santa Marina, e os sítios descobertos nos loteamentos Vila Branca e Vila D'Italia;
2. existiu, outrora, um sítio arqueológico na área do loteamento Mirante do Vale, testemunho de um assentamento indígena da tradição tupi guarani;
3. o material histórico (louça e cerâmica neobrasileira) pode indicar ser este sítio pós-colonial, tendo esses indígenas contato com portugueses. Entretanto, a ausência do contexto arqueológico dos artefatos não permite saber se o material histórico foi de uma ocupação posterior à aldeia ou foi contemporânea. Apenas com o resultado da datação da cerâmica indígena teremos a resposta;
4. as sondagens realizadas e a limpeza do terreno em toda a área do empreendimento imobiliário, por amostragem, comprovaram que tal sítio arqueológico foi completamente destruído, antes mesmo da implantação do loteamento;
5. há evidências de movimentação de terra no platô. Segundo informações dos proprietários do terreno, aquelas terras foram utilizadas para o plantio de café e depois milho, sendo utilizadas, na época, máquinas para o arado.

inventariada

Capítulo 5

O material arqueológico coletado

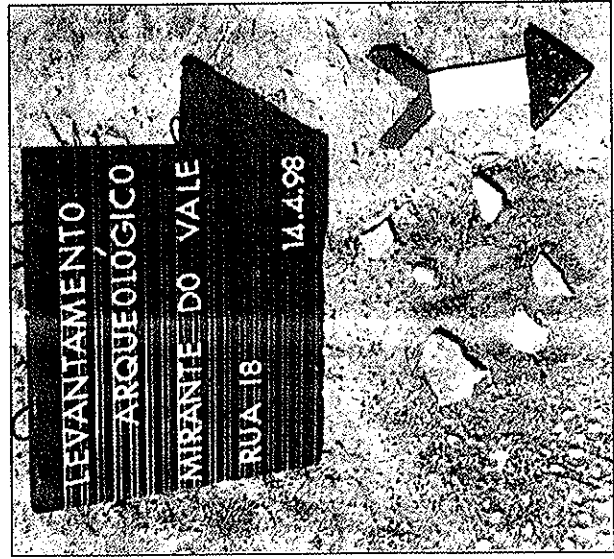
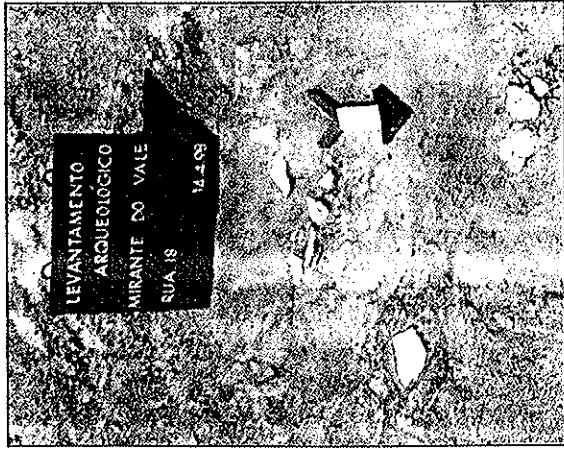
O material arqueológico foi encontrado disperso na terra retirada por ocasião da abertura das ruas e, portanto, fora de contexto. O material foi analisado e inventariado no laboratório da Fundação Cultural de Jacareí e se compõe, em quase toda sua totalidade, de cerâmica indígena confeccionada na técnica de acordelamento. O restante das peças se constitui de cerâmica neobrasileira e faiança.

MATERIAL ARQUEOLÓGICO COLETADO EM CAMPO	
MATERIAL	QUANTIDADE
CERÂMICA INDÍGENA	151
CERÂMICA NEOBRASILEIRA	015
FAIANÇA	008
TOTAL: 174	

O conjunto das peças coletadas em campo constitui-se, na sua maioria, de uma cerâmica simples, sem qualquer decoração (79,88 %), sendo que, das peças decoradas, destaca-se o corrugado. Pintura aparece em dois fragmentos de cerâmica indígena.

TIPOS DE CERÂMICA INDÍGENA ENCONTRADOS	
TIPO	QUANTIDADE
SIMPLES	116
CORRUGADO	032
INCISO	001
PINTADO (BRANCO)	002
TOTAL: 151	

*peças de origem micomian em de
para a expedição arqueológica realizada
nação de Jacareí, apresentando-se de
quase em sua totalidade indígena datadas
em sua maioria de períodos anteriores descobertas
para a expedição arqueológica realizada
a lei enviada da permissão
e material tentado.*



Figuras 06 e 07: Fragmentos de cerâmica afiados na superfície da rua 18.

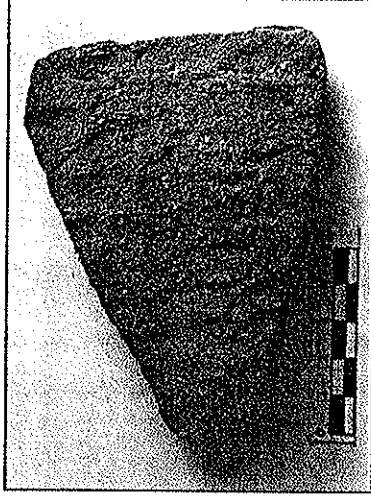


Figura 08: Fragmento de cerâmica corrugada.



Figura 09: Fragmento de cerâmica com decoração riscada.

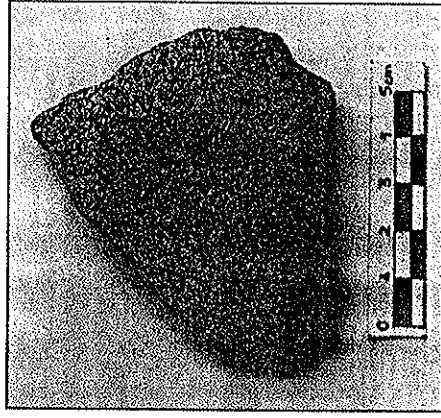


Figura 10: Fragmento sem decoração.

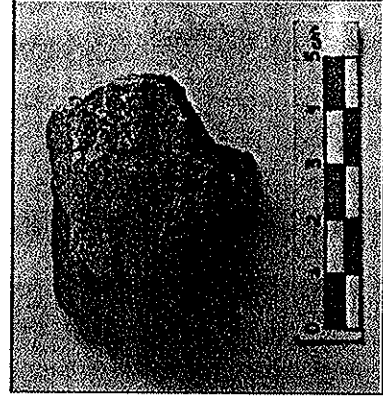


Figura 11: Fragmento da borda de uma vasilha indígena. Face externa.

Apenas dois fragmentos de borda de cerâmica indígena foram encontrados. Um deles permitiu a reconstrução de sua forma, tratando-se de uma tigela. O fragmento de borda (figura 11) apresenta pintura branca, sendo a peça reconstituída na figura 12.

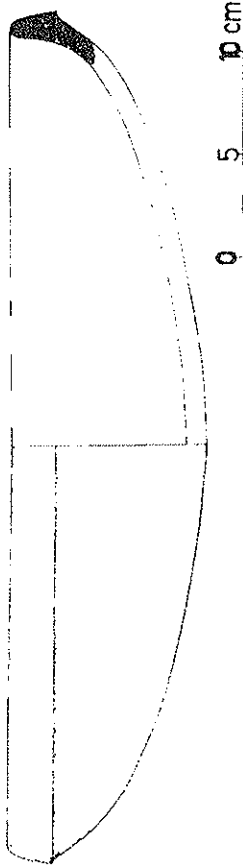


Figura 12: Reconstituição da peça a partir da borda encontrada.

A maior concentração de material arqueológico foi encontrada na rua 18 (95,4%), e o restante distribuído nas ruas 04, 10, 13 e 15.

MATERIAL ARQUEOLÓGICO ENCONTRADO EM SUPERFÍCIE				
RUA	ÁREA	SETOR	QUANTIDADE	%
04	K	2A	001	0,57
10	J	1A	002	1,15
13	K	2B	002	1,15
15	L	2A	002	1,15
17	1,2	1A	001	0,57
18	S	1B	035	20,11
18	Q	1'	002	1,15
18	Q	2'	129	74,14

Capítulo 6

O sítio Rio Comprido e seu contexto regional

A maioria dos grupos indígenas que ocupou o Vale do Paraíba do Sul veio do litoral de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e, alguns, dos campos de Piratininga, fugindo do contato nocivo com os portugueses. Portanto, após a colonização portuguesa essa região foi mais intensamente ocupada. Segundo Solange Caldarelli (1994: 06),

"o Vale Paraíba do Sul foi ocupado desde suas nascentes até o final de seu alto curso pelos mairamomis; em toda a sua extensão por tupis (designados também como tamoiós, tupinambás e goitacases) e no médio e baixo cursos do vale, por puris (puris, goitacases e coroados)".

A região do Rio Comprido, onde se localiza o sítio arqueológico por nós pesquisado, destacou-se por abrigar o aldeamento que deu origem à São José dos Campos. Tal aldeamento deve ter se constituído no século XVII, podendo, entretanto, ser da segunda metade do XVI, como defenderam Eugênio Egas (1925: 1858 e 1859) e Azevedo Marques (1980: 236). Mas a origem quinhentista carece de base documental, sendo apenas uma hipótese. Estranha-se que nenhum viajante tenha feito qualquer referência, principalmente os religiosos que administrariam tal aldeamento. Como ressaltou Petrone (1998: 122),

"os fatos relativos à origem quinhentista devem ser atribuídos à tradição que personaliza em Anchieta a ação dos jesuítas, inclusive, quem sabe, ampliando os resultados desta ação."

O que alguns autores parecem estar de acordo é que o aldeamento formou-se, principalmente, com índios Guaianases, originários dos campos de Piratininga. Esse aldeamento, para Eugênio Egas, situava-se a cerca de dez quilômetros de distância de onde se estabeleceu definitivamente a Vila de São José dos Campos. Anos depois teria sido abandonado, tendo os jesuítas levado tais índios para a sua fazenda na região, no final do século XVII ou início do XVIII. Segundo o Padre Fonseca (s/d: 146),

"huma fazenda de gado, que quizerão fabricar os Padres do Collegio de S. Paulo em huns campos situados no lugar, a que hoje (1752) chamão Aldêa Velha, para cuja administração tirarão alguns cazaes de outras Aldêas".

Para Azevedo Marques, essa fazenda foi possível graças à obtenção pelos jesuítas de diversas datas de terras entre os anos 1643 e 1660²⁴. Mas, de acordo com o Padre Manuel da Fonseca, tais terras teriam dado origem ao sítio definitivo de São José dos Campos, numa alta planície.

Em suma, após um número indeterminado de anos, o aldeamento do século XVII foi substituído pela Fazenda dos religiosos no final daquele século e início do XVIII, mudando-se definitivamente para o alto da planície, onde se desenvolveu a vila de São José²⁵.

Os indígenas do assentamento na área do loteamento Mirante do Vale eram, segundo se observa pela cerâmica ali produzida, da família tupi-guarani. Se os artefatos históricos encontrados (louças e cerâmica neobrasileira) forem contemporâneos à cerâmica indígena, não poderemos descartar a possibilidade que eles tenham integrado o aldeamento ou a Fazenda dos jesuítas.

O resultado da datação da cerâmica indígena do sítio Rio Comprido I deve inserir esse assentamento no processo de ocupação indígena do Vale do Paraíba. Embora a datação não tenha ficado pronta até a data desta publicação, temos a referência do sítio Santa Marina, cujo resultado colocou aquela aldeia entre os anos 1400 a 1475 D.C.²⁶

O Vale do Paraíba, com a heterogeneidade dos grupos indígenas que o ocuparam, é uma região privilegiada, como escreveu Silvia Maranca (1969: 136), para o "estudo dos contatos e migrações das culturas pré-históricas em vasta área de nosso Estado, pois formou-se

"(...) um amplo corredor de comunicação entre o Estado de São Paulo e o Estado do Rio de Janeiro, além de oferecer passagem para o Estado de Minas Gerais por meio de gargantas que entalham alguns pontos da Serra da Mantiqueira para NO e Angra dos Reis e litoral Norte do Estado, a SE".

²⁴ Azevedo Marques (1980: 236) encontrou diversos registros de sesmarias e escrituras de vendas e doações feitas aos jesuítas, sendo tais documentos provenientes do Cartório da Tesouraria de Fazenda (Livros de sesmarias n.ºs. 10 e 11).

²⁵ A elevação de São José a Vila se deu em 27 de julho de 1767 (PETRONE, 1998: 346). Seguindo o Padre Fonseca, o título de Vila teria sido dado antes da segunda mudança de sítio.

²⁶ Datação feita por C. no Beta Analytic Inc (University Branch, Miami/Florida).

Parte III

Políticas Municipais de Gestão do Patrimônio Arqueológico

Capítulo 7

Considerações sobre a necessidade de estudos em áreas de interesse arqueológico

Tradicionalmente, estudos arqueológicos em áreas de projetos urbanísticos se fazem necessários em dois casos. O primeiro, em local onde foi encontrado qualquer tipo de material arqueológico que indique a presença de um sítio arqueológico, e o segundo caso, se a área do empreendimento for superior a 100 hectares. Neste último exemplo, há necessidade de se realizar um *Estudo de Impacto Ambiental* (EIA)/Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), no qual o levantamento e o salvamento arqueológico são contemplados, conforme assinalado abaixo:

"Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA), a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA, o licenciamento de atividades modificadoras do meio, tais como:

(...)

XV. projetos urbanísticos acima de 100 hectares ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério do IBAMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes;"²⁷

Entretanto, no primeiro caso, o grande número de empreendimentos imobiliários impossibilita a fiscalização adequada pelos órgãos do Poder Público Federal e Estadual. Por outro lado, são poucos os municípios que possuem uma política de gestão do patrimônio arqueológico implantada.

²⁷ Resolução CONAMA n.º 001/86.

Dessa forma, muitos sítios arqueológicos são destruídos.

No caso da Resolução CONAMA, por ser a sua ação restrita a empreendimentos superiores a 100 hectares (um milhão de m²), tal situação raramente ocorre, pois os empreendedores e loteadores dividem seus empreendimentos em várias etapas ou fases no tamanho máximo permitido, fugindo da obrigatoriedade do EIA/RIMA.

Por isso, profissionais da área, cientistas e ambientalistas têm defendido a ideia de estender a exigência dos EIA/RIMA a todos os tipos de projetos industriais, agrários e urbanísticos, independentemente de seu tamanho e volume, desde que haja um reconhecido potencial de periculosidade (AB'SÁBER & MÜLLER-PLATEBERG, 1994: 15).

A ação do EIA/RIMA, que permite a predição de impactos ambientais e sociais e a adoção de medidas mitigatórias, constitui-se em um instrumento contra os desvarios do paradigma de desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo em que se exige repensar a construção do futuro.

Segundo Aziz Ab'Sáber³⁵, em seu artigo intitulado *Bases conceituais e papel do conhecimento na previsão de impactos* (AB'SÁBER & MÜLLER-PLATEBERG, 1994: 28),

"(...) não é dado a todos os técnicos e cientistas manter suas posições e sua coerência perante a variabilidade de comportamento dos comandantes do processo desenvolvimentista, eternamente fiéis aos seus próprios e únicos interesses. Técnicos e especialistas, ainda que bem preparados, não têm poder para, isoladamente, transformar a estrutura da sociedade, mas têm força para exigir seriedade e melhorias na organização dos espaços para os quais se endereçam projetos ditos desenvolvimentistas."

Para Édís Milaré³⁶, em seu *Estudo prévio de impacto ambiental no Brasil* (AB'SÁBER, Aziz Nacib & MÜLLER-PLATEBERG, 1994: 53 e 54), o objetivo central do estudo de impacto ambiental é simples:

"...evitar que um projeto (obra ou atividade), justificável sob o prisma econômico ou em relação aos interesses imediatos de seu proponente, se revele, depois, nefasto ou catastrófico para o meio ambiente."

³⁵ Aziz Nacib Ab'Sáber. Professor no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP), geógrafo e geomorfologista, foi presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

³⁶ Édís Milaré. Procurador da Justiça de São Paulo, foi coordenador das promotorias de Justiça do meio ambiente do Ministério Público e exerceu as funções de secretário estadual de Meio Ambiente de São Paulo

Milaré destaca ainda três objetivos do EIA:

"... a transparência administrativa quanto aos efeitos ambientais de um determinado projeto, alcançada no momento em que o órgão público e o proponente liberam todas as informações de que dispõem, respeitando apenas o sigilo industrial;

... a consulta aos interessados, consiste na efetiva participação e fiscalização da atividade administrativa por parte da comunidade, (...);

... a motivação da decisão ambiental, que se baseia no princípio de que 'existe uma obrigação de motivar todo o ato criador de situações desfavoráveis para os administrados' (...)."

A responsabilidade da exigência do EIA foi entregue aos órgãos estaduais competentes, exceção feita aos casos de expressa competência federal, da alçada do IBAMA, ou de exclusivo interesse local, a cargo do município (AB'SÁBER, Aziz Nacib & MÜLLER-PLATEBERG, 1994: 69).

*"Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental, o órgão estadual competente, ou o IBAMA, ou, quando couber, o Município (...)."*³⁹

A Lei Federal 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano permite aos municípios estabelecer normas complementares sobre o parcelamento do solo municipal.

"Lei n° 6.766, de 19 de dezembro de 1979

(...) Parágrafo único - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer normas complementares relativas ao parcelamento do solo municipal para adequar o previsto nesta Lei às particularidades regionais e locais."

O artigo 13° da mesma Lei determina ao município a anuência prévia para a aprovação de loteamentos e desdobramentos nas seguintes condições:

"1. quando localizados em áreas de interesse especial, tais como as de proteção aos mananciais ou patrimônio histórico, paisagístico e arqueológico, assim definidas por legislação estadual ou federal."

A Constituição Federal, em seu Artigo 20, ao estabelecer que compete concorrentemente à União, Estados e Municípios a proteção do patrimônio

³⁹ Arts. 5° Parágrafo único, 6°, Parágrafo único, e 11. Parágrafo 2°, da Resolução CONAMA n° 001/86.

cultural e, determinando em seu Artigo 30, parágrafo 9º, que compete aos Municípios "promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual" legou aos municípios uma tarefa de responsabilidade, dispondo estes de instrumentos legais para a sua execução.

O mesmo se aplica às responsabilidades do município determinadas nas seguintes leis: Lei 3924/61, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos; Lei 6938/81 sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, que inclui a proteção ao patrimônio cultural; Lei 9605/98 que dispõe sobre as sanções penais de atividades lesivas ao meio ambiente e ao patrimônio cultural; sem mencionar as várias Cartas Patrimoniais assinadas pelo Brasil, nas quais os municípios têm papel importante na defesa do Patrimônio Cultural.

Mas a proteção dos sítios arqueológicos não deve ser vista apenas sob a ótica estritamente legal, enquanto dever do Poder Público Municipal, mas, também, perante outros dois pontos de vista. O primeiro é o seu caráter educacional, cultural e social, viabilizando o acesso da sociedade à sua história, seu passado e suas origens, dando-lhes vínculos culturais com a cidade e propiciando a construção de uma identidade regional. O segundo aspecto é o potencial turístico desses locais e do conhecimento gerado pelos estudos, se aproveitados museologicamente. O turismo cultural, amplamente promovido com sucesso em outros países, somente agora no Brasil começa a se delinear proficuamente.

aquele que não se pode impedir.
Só os que tudo os fatos de
acordo com a legislação, mas
o patrimônio não é apenas
um lugar físico de origem, o antigo
museu apresenta ao visitante
parque e contém uma identidade
cultural e histórica que não se pode

Considerações Finais

Os trabalhos de levantamento e salvamento arqueológico, ainda que em um sítio já destruído, acrescentaram informações ao entendimento do povoamento indígena do Vale do Paraíba, principalmente no que se refere à compreensão dos padrões de assentamento, se estudado em conjunto com os outros sítios já identificados no município de Jacareí.

Acreditamos, também, que o projeto contribuiu no seu pioneirismo em submeter uma área privada à peritagem, sem que se tivesse a certeza de que existia no local um sítio arqueológico, num empreendimento imobiliário cujo tamanho é inferior a um milhão de metros quadrados e, portanto, permanecendo fora da resolução CONAMA n° 001/86, que instituiu a AIA - Avaliação de Impacto Ambiental.

A realização de peritagem em zonas de interesse arqueológico, se incorporadas às legislações municipais de zoneamento e às leis federais de proteção ao patrimônio arqueológico, constituiriam um instrumento jurídico de vital importância para impedir a progressiva destruição dos sítios arqueológicos no país.

Demonstrado o potencial arqueológico da região, a diversidade cultural dos grupos indígenas que passaram pelo Vale do Paraíba e as implicações legais envolvidas, é fundamental a implantação, pelos municípios da região, de políticas municipais de gestão do patrimônio arqueológico local.

Sítio de uma política local e
atribuída ao povo indígena (indígena)
do período colonial. O povoamento
da região do Vale do Paraíba, no século XVIII, ocorreu
em áreas de mata fechada, onde se
encontravam sítios de ocupação
indígena e de ocupação por escravos
de origem indígena.

1. Principios de la Teoría de la Organización
1.1. Objeto de estudio
1.2. Objetivos
1.3. Características
1.4. Importancia
1.5. Áreas de estudio
1.6. Metodología
1.7. Organización

2. Tipos de Organización
2.1. Organización formal
2.2. Organización informal
2.3. Organización virtual
2.4. Organización híbrida
2.5. Organización en red
2.6. Organización en línea
2.7. Organización en nube
2.8. Organización en móvil
2.9. Organización en social
2.10. Organización en web

Sugestões de leitura para estudantes e interessados em arqueologia:

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia*. São Paulo: Editora Ática, 1988. Série Princípios.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *Os primeiros habitantes do Brasil*. São Paulo: Atual Editora, 1994.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

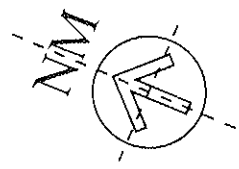
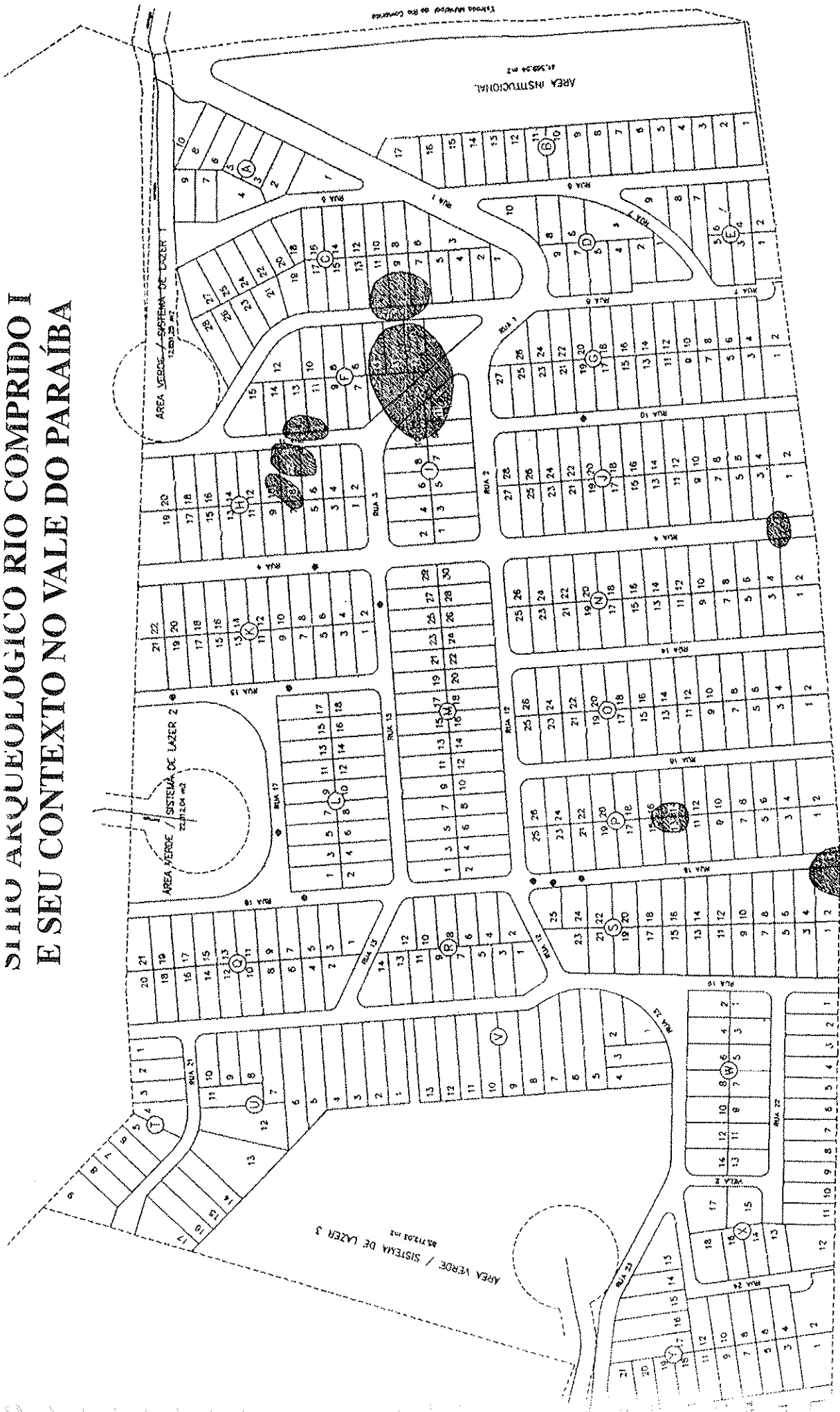
Algumas instituições ligadas à Arqueologia e Patrimônio Histórico no Estado de São Paulo:

- Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Rua Baronesa de Ijuí, 639. São Paulo/SP. CEP 01231-001.
Fone: (011) 826-0744.
- MAE – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo
Av. Profº Almeida Prado, 1466. Cidade Universitária – São Paulo/SP.
CEP 05508-900. Fone: (011) 818.4906.
- Fundação Cultural de Jacarehy "Maria José do Abreu"
Rua Utah, 300 – Jd. Flórida. Jacareí/SP. CEP 12.300-000.
Fone: (012) 351-0710
- Naubc - Núcleo de Arqueologia da Universidade de Brasília
Av. Francisco Rodrigues Filho, 1233 – Campus 1. Jd. Mogilar.
Mogi das Cruzes/SP. CEP 08.773-380 Fone: (011) 4790-1000
- Cedepac – Centro de Estudos e Defesa do Patrimônio Cultural
Av. Dr. Nelson D'Ávila, 1100 – Bloco 01/13 – Centro. São José dos Campos
– SP. CEP 12.245-031. Fone: (012) 972-7420.

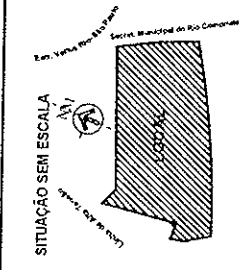
Bibliografia

- ABREU, Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1960.
- AB'SÁBER, Aziz Nacib, MÜLLER-PLATEBERG, Clarita, org. *Previsão de Impactos: O Estudo de Impacto Ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- BLASI, Oldemar, GAISSLER, Miguel. *Notícias sobre o sítio arqueológico de Jacareí*. Relatório de Pesquisa, 1991.
- CAMARGO, Conceição Borges Ribeiro. Arqueologia no Vale do Paraíba. Escavações Arqueológicas em Aparecida. *Cadernos Culturais do Vale do Paraíba*. São Paulo: Fundação Nacional do Tropeirismo/Centro Educacional Objetivo, 1990.
- CALDARELLI, Solange. *Projeto de levantamento e salvamento do patrimônio arqueológico da faixa de domínio da Rodovia Gov. Carvalho Pinto, Vale do Paraíba, Estado de São Paulo*. Relatórios 01 e 02. São Paulo: Protran Engenharia, maio e jun. 1994.
- CROPANI, Otorino de Fiori de, NETTO, João Amoroso. Índios e brancos no município de São José dos Campos. *São José dos Campos 1951*. São José dos Campos, 1951.
- EGAS, Eugênio. *Os Municípios Paulistas*. São Paulo, 1925.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil. História da Província de Santa Cruz*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- GUERREIRO, Fernão. *Relação Anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas missões, nos anos de 1600 a 1609*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930.
- FERNANDES, Florestan. A economia tupinambá. Ensaio de interpretação sociológica do sistema econômico de uma sociedade tribal. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Departamento de Cultura do Município de São Paulo, ano XV, vol. CXXII, 1949.

SITIO ARQUEOLOGICO RIO COMPRIDO I E SEU CONTEXTO NO VALE DO PARAIBA



- Projeto: Levantamento arqueológico em área de implantação de empreendimento imobiliário: loteamento Mirante do Vale - Jacareí/SP
 - Coordenação: Plácido Cali
 - Local: Estrada Municipal do Rio Comprido, 5001 - Jacareí/SP
 Escala: 1:5000



Folha
01/01

LEGENDA

Evidência de momba de ocupação (identificação por foto aérea)